

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

08 de junho de 2021



O presidente bolsonaro nomeou o ex-ministro da Saúde, General Pazuello como Secretário de Estudos Estratégicos da Presidência da República (Portaria 624/2021). Provavelmente como agradecimento pelos serviços prestados no descontrole da pandemia. O Exército Brasileiro, por sua vez, deixou de punir Pazuello por sua participação em ato político junto com o presidente e colocou o processo administrativo sob sigilo por 100 anos. Ao final o general continua na ativa, não recebeu nenhuma punição e foi premiado com mais um cargo no governo.

Enquanto isso, a pandemia segue sem controle, a vacinação arrastada e o governo negacionista. Cerca de 2 mil mortes por dia e o país abre as portas para a realização da Copa América. Por causa disso, a CPI da Pandemia no Senado ouviu de novo o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Na quarta (09) será a vez do ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, que os Senadores acreditam que pode esclarecer sobre o tal gabinete paralelo. Por fim, na quinta (10) a CPI ouve o governador Wilson Lima (PSC-AM), alvo da investigação da Polícia Federal sobre desvio de verbas na área da saúde.

O tema da **violência política contra as mulheres** está aumentando. Na semana passada, Manuela D'Ávila denunciou mais uma ameaça, dentre as tantas que vem sofrendo nos últimos anos. Dessa vez, contra sua filha de 5 anos, que foi ameaçada de estupro em redes sociais. Diferentes organizações se manifestaram em repúdio às ameaças, dentre elas a Articulação de Mulheres Brasileiras que exigiu a identificação dos envolvidos e sua punição.

E uma nova Resolução do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, institui o Fórum dos Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Mulher, de caráter permanente, consultivo e deliberativo. Resolução nº 3, de 27 de maio de 2021 tem a finalidade de acompanhar e avaliar a implementação, aplicação e execução das deliberações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, das deliberações das conferências nacionais de políticas para as mulheres, e das políticas públicas setoriais e de direitos. Dado o histórico da Ministra, temos que ficar de olho.

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 31 DE MAIO A 04 DE JUNHO

O Congresso Nacional derrubou o Veto Total 35/2020, do Presidente da República, apostado ao PL 2.508/2020 que estabelece medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial. O projeto inicial era de autoria das deputadas de esquerda, incluindo as que compõem a Frente Parlamentar Feminista Antirracista.

O Plenário da Câmara aprovou o PL 741/2021, de autoria da deputada Margarete Coelho (PP/PI) e mais três deputadas, sobre medidas de combate à violência contra a mulher. A proposta cria o Programa de Cooperação “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”. O parecer da relatora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) foi pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A matéria vai ao Senado Federal.

Comissão de Educação (CE) aprovou o PL 9762/2018, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL/SP), que determina a implementação de Programa Social de Intervenção Social para Prevenção à Violência - PISPV, nos territórios que registrarem altos índices de violência. Agora a matéria será discutida na CSSF.

PAUTA DA SEMANA

DE 07 A 11 DE JUNHO

A Comissão de Seguridade Social e Família discute na quarta-feira (09 de junho) 11 projetos de leis, entre estes:

[PL 853/2019](#) – deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto;

[PL 5316/2016](#) – deputado Delegado Waldir (PR-GO) define os grupos prioritários que necessitam de atendimento especial na vacinação;

[PL 10043/2018](#) – deputado Fábio Trad (PSD-MS) que pretende instituir advertência nas embalagens de anticoncepcionais a respeito dos riscos de tromboembolismo, embolia pulmonar, trombose cerebral, trombose venosa profunda e acidente vascular cerebral;

[PL 2737/2019](#) – deputado André Ferreira (PSC-PE) estabelece prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência.

[Confira a agenda das Comissões aqui!](#)

No Plenário da Câmara está mais uma vez na pauta o Projeto de Lei 823/2021, que prevê apoio a agricultores e agricultoras familiares do Brasil. Mais de um ano de pandemia e nada do Congresso priorizar a votação do PL. Confira a agenda completa do Plenário [aqui!](#)

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Obrigatoriedade para que agressores de mulheres sejam submetidos a processo educativo ao renovar a CNH

É o que propõe o [PL 2003/2021](#), de autoria do deputado José Guimarães (PT/CE).

Redução do caminho percorrido pela mulher para romper com a situação de violência doméstica e familiar

Em mais uma alteração da Lei Maria da Penha, o [PL 2020/2021](#), de autoria do deputado Altineu Côrtes (PL/RJ), quer reduzir a rota crítica enfrentada pela mulher vítima de violência doméstica e familiar. Como se para mudar isso, não fosse necessário políticas públicas mais eficazes.

Propostas qualificam o crime de ameaça e de injúria em casos de violência contra as mulheres

O [PL 2019/2021](#), de autoria do deputado Luiz Lima (PSL/RJ), cria a forma qualificada do crime de ameaça, previsto no Código Penal, consistente na sua prática no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Já o [PL 1960/2021](#), de autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE), acrescenta inciso ao artigo Código Penal, como qualificadora do crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino, através de misoginia.

Dia Nacional em memória das vítimas de violência - [PL 2013/2021](#), de autoria do deputado bolsonarista Alê Silva (PSL/MG), dispõe sobre a instituição do Dia Nacional em memória das Vítimas de Violência. Não só as mulheres, mas todas as vítimas.

Paridade de gênero nos Conselhos de Sentença do Tribunal do Júri é o que propõe o [PL 1918/2021](#), de autoria do senador Flávio Arns (PODEMOS/PR).

Reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para a população negra é o que propõe o senador Paulo Paim (PT/RS) com o [PL 1958/2021](#).

VALE A PENA CONFERIR!



Portal Catarinas

“Deus acima de todos”
– o avanço do Estado
Teocrático no governo
Bolsonaro



A Pública

Aborto inseguro é das
principais causas de morte
materna e mulheres negras
sofrem mais



Outras Palavras

Coluna Baderna Feminista:
Covid e a desigual morte
materna no Brasil



Copevid

Nota Técnica da Comissão
Permanente de Violência
Doméstica contrária à
aprovação do PL 1568/2019,
que altera o Código Penal
sobre o crime de feminicídio.



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.